



GEDES
Grupo de Estudos de
Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 18/2020
Período: 30/05/2020 - 05/06/2020
GEDES – UNESP

- 1- Periódico comenta mudança no papel de militares no governo
- 2 - Periódicos analisam a presença de militares da ativa em cargos federais
- 3- Militares da reserva divulgam notas de apoio ao governo Bolsonaro
- 4- Exército nega acesso a documentos solicitados pelo Instituto Sou da Paz
- 5- Conselho de Ética da Câmara dos Deputados ainda não se posicionou a respeito de declarações de Eduardo Bolsonaro sobre a volta do AI-5

1- Periódico comenta mudança no papel de militares no governo

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o alinhamento de militares às condutas do presidente da República, Jair Bolsonaro, teria aumentado a tensão entre o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a *Folha*, as afirmações recentes do presidente e seus aliados sugerindo uma “ruptura institucional” foram endossadas por ministros militares e integrantes das Forças Armadas. O jornal ressaltou que integrantes do STF e do Congresso notaram uma “inflexão no comportamento do núcleo militar do governo” e mostraram receio com a posição tomada pelos militares, ainda que a chamada “ala militar” tenha negado a possibilidade de uma intervenção das Forças Armadas frente à crise política entre os três Poderes. A *Folha* também noticiou a operação que investiga aliados de Bolsonaro em um inquérito sobre notícias falsas (fake news), e ressaltou o fato de um dos filhos do presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), ter mais de uma vez mencionado a possibilidade de uma intervenção das Forças Armadas em resposta ao que ele alegou ser uma “interferência do Judiciário”. Além disso, segundo a *Folha*, alguns deputados declararam ter notado uma mudança dos militares, que anteriormente eram vistos como moderadores e responsáveis por minimizar os atos do presidente, mantendo um diálogo constante com os Poderes Legislativo e Judiciário, e agora estariam se distanciando do diálogo com os demais Poderes e se aproximando do discurso do presidente de que o STF e o Congresso estariam interferindo em seu governo. (*Folha de S. Paulo - Poder - 31/05/20*)

2 - Periódicos analisam a presença de militares da ativa em cargos federais

O periódico *O Estado de S. Paulo* solicitou ao Ministério da Defesa um levantamento sobre militares da ativa que ocupam cargos no governo de Jair Bolsonaro e obteve o seguinte resultado: ao todo, são 2.897 militares no poder Executivo, dos quais 1.595 são do Exército, 680 da Marinha e 622 da Força Aérea. Dentre estes, 42% compõem a estrutura da Presidência da República, principalmente no Gabinete de Segurança Institucional, chefiado pelo general da reserva Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Segundo *O Estado*, a aproximação cada vez mais evidente entre militares e o governo Bolsonaro já indica que as Forças Armadas terão uma “enorme” conta para pagar no fim do mandato de Bolsonaro. *O Estado* noticiou que nos quartéis e gabinetes de Brasília existe a concepção de que ao fim do governo, haverá um desgaste à imagem das Forças Armadas, com perda de credibilidade na instituição. O jornal também apontou que o atual chefe da Secretaria de Governo de Bolsonaro, general Luiz Eduardo Ramos, deu explicações a alguns colegas da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) após reportagem do *Estado* afirmar que ele estaria negociando cargos com os partidos do chamado “Centrão”, em troca de apoio ao governo no Congresso Nacional. Além disso, segundo *O Estado*, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) teriam se incomodado com o fato de que nenhum dos generais que participaram da reunião de Bolsonaro e sua equipe no dia 22/04/20 teria solicitado moderação aos demais participantes que fizeram ataques aos outros poderes. O vídeo da referida reunião veio a público por decisão do ministro do STF Celso de Mello, em razão do inquérito que investiga possível intervenção de Bolsonaro na Polícia Federal. *O Estado* noticiou que, na busca por isentar as Forças Armadas da “conta para pagar”, o governo busca afirmar a narrativa de que o governo atual não é um governo militar, mas sim, um governo com militares na administração. Um integrante do Alto Comando afirmou ao *Estado* que a escolha de militares para quadros civis da administração pública é “uma solução fácil na procura por comprometimento, dedicação e caráter” e que os militares “são pessoas, que convocadas, vão encarar o trabalho como uma missão a ser cumprida”. Além disso, o oficial justificou que a proporção de militares em cargos federativos é pequena, pois são 2,9 mil cargos de um total de 617 mil postos. De acordo com *O Estado*, a título de comparação, no período final do regime militar (1964-1985), cerca de 10 mil militares ocupavam postos no governo. Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, Joaquim Falcão, membro da Academia Brasileira de Letras e professor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, ao comentar sobre a participação de militares no governo Bolsonaro, pontuou as diferenças entre os militares da ativa e os militares da reserva. Segundo ele, os primeiros têm uma carreira previsível e “institucionalizada por critérios objetivos”, com hierarquização rigorosa e proibição da manifestação política. Enquanto os militares da reserva que aceitam convites políticos para assumir posições no governo têm uma carreira imprevisível e seus os cargos não correspondem ao treinamento que receberam enquanto militares ativos. Ao comentar sobre o “alerta” do general da reserva Augusto Heleno ao ministro do STF, Celso de Mello, em que Heleno assinou como general, Falcão indagou sobre qual seria a identidade dos militares em cargos do governo. De acordo com Falcão, desde a redemocratização, as Forças Armadas se esforçaram para recuperar sua imagem pós-ditadura e lograram êxito nesta tarefa. No entanto, o professor avaliou que essa conquista está passando por um teste, por conta do

aumento no número de militares da reserva em cargos do governo federal, recordando que “Militar é carreira de Estado. Não de governo.” (Folha de S. Paulo – Opinião – 31/05/20; O Estado de S. Paulo – Política – 31/05/20)

3- Militares da reserva divulgam notas de apoio ao governo Bolsonaro

A coluna opinativa do jornalista Fábio Zanini para a *Folha de S. Paulo* abordou que, em meio a diversas manifestações da sociedade civil sobre o cenário político brasileiro, militares da reserva divulgaram notas de apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro, e criticaram uma suposta interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) em seu governo. Entre as notas, Zanini apontou que as mais enfáticas partiram da turma de 1977 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) – turma a qual Bolsonaro integrou – e do Clube Naval. De forma geral, as manifestações também foram de apoio à nota assinada pelo ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general da reserva Augusto Heleno Ribeiro Pereira, na qual estava presente um tom de ameaça – “consequências imprevisíveis”- caso o celular de Bolsonaro fosse apreendido para investigações sobre sua suposta interferência na Polícia Federal. O jornalista analisou que, em menos de 15 dias, 13 notas foram publicadas, partindo de oficiais da reserva das três forças, fato que, segundo Zanini, indicaria um amplo apoio de militares ao governo Bolsonaro e, por consequência, aumentam os rumores de uma instrumentalização das Forças Armadas por parte do presidente, caso entenda que o poder Judiciário esteja interferindo em seu governo. (Folha de S. Paulo – Blogs – 04/06/20)

4 - Exército nega acesso a documentos solicitados pelo Instituto Sou da Paz

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Instituto Sou da Paz solicitou, via Lei de Acesso à Informação, que o Exército brasileiro fornecesse documentos que embasaram a elaboração das três portarias que aumentavam o controle de munições e a rastreabilidade de armas no país. Embora tais portarias tenham sido revogadas por pressão do presidente da República, Jair Bolsonaro, o Exército se recusou a liberar a documentação, indeferindo três vezes o pedido. O Comando Logístico do Exército justificou que os documentos “estão sendo utilizados como fundamento de uma tomada de decisão, de um ato administrativo futuro, que se materializará após a conclusão da reanálise e dos ajustes”. Porém, segundo *O Estado*, o Instituto Sou da Paz avaliou que a justificativa não é suficiente para manter sigilo sobre a documentação. (O Estado de S. Paulo – Política – 04/06/20)

5- Conselho de Ética da Câmara dos Deputados ainda não se posicionou a respeito de declarações de Eduardo Bolsonaro sobre a volta do AI-5

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, as falas e comentários do deputado federal Eduardo Bolsonaro sobre a volta do AI-5 completaram “seis meses de total paralisia da análise, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados”. Nesse ínterim, Eduardo Bolsonaro já levantou o tom outras vezes em relação ao período mais rígido do regime militar (1964-1985), sendo que, na última, declarou “que é preciso agora saber não ‘se’ haverá uma ruptura, mas ‘quando’ ela ocorrerá”, segundo a *Folha*. (Folha de S. Paulo - Poder - 05/06/20)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Zavaliski Mano (Redator, graduando em Relações Internacionais); Julia Ribeiro Dos Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).